



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 102/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, E A EMPRESA: Z1 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA** pessoa jurídica de direito público, com sede e Prefeitura na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **Frank Ariel Schiavini**, inscrito no CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, e de outro a empresa **Z1 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua das Canelas, s/n – Cristo Rei, na cidade de Chopinzinho (85.560-000), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.436.050/0001-90, neste ato representada pela Sra. **Sandra Lucia Zanelato**, inscrita no CPF sob o nº 023.395.739-12 e RG nº 6.808.287-0, doravante designada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18 de setembro de 2003, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsequentes alterações, e legislação complementar vigente e pertinente a matéria, ajustam o presente Contrato em decorrência do Edital de Pregão Presencial nº 74/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS PARA MAQUINÁRIO E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DE CAMINHÃO**, conforme especificações integrantes neste contrato.

LOTE 2 – ROLO HAMM, MODELO 3411, ANO 2014

LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
2	1	10,0	UN	01487116 - COXIM	ELIOFLEX	336,27	3.362,70

LOTE 6 – CAMINHÃO IVECO 170.22 – PLACA AYI-2289, ANO 2014

LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
6	1	1,0	KIT	KIT EMBREAGEM IVECO TECTOR 170E22, 350MM	ENGEAUTO	1.550,00	1.550,00

CLAUSULA SEGUNDA - PREÇO

Pelo fornecimento e execução dos serviços a **CONTRATADA** receberá do **CONTRATANTE** o valor total de R\$ 4.912,70 (quatro mil e novecentos e doze reais e setenta centavos), daqui por diante denominado “valor contratual”.

Parágrafo primeiro: O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá por conta exclusiva da **CONTRATADA**, desde o início até a data final da vigência do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: O pagamento, contratado em REAL, na forma da Cláusula Segunda, será efetuado à **CONTRATADA** pela **TESOURARIA** do **CONTRATANTE**, conforme Dotação Orçamentária e mediante o faturamento dos serviços/produtos.

Parágrafo segundo: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas por recurso das Dotações Orçamentárias discriminadas a seguir:

OR/UN	UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	CÓDIGO REDUZIDO
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.99	000	2722
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.39.19.99	000	2871



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo terceiro: Pelo integral e satisfatório fornecimento e execução dos serviços, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor referente ao serviço/produto.

Parágrafo quarto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior."

Parágrafo quinto: Considerando o Decreto 6053/2016, de 10 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei Complementar nº 028/2009, quanto a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, ficam obrigadas a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e todos os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Município de Coronel Vivida.

I- Empresas sediadas no Município de Coronel Vivida que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Municipal.

II- Aplicam-se as exceções previstas nos Capítulos 2 e 3 (contribuintes desobrigados) do Decreto 6053/2016, de 10 de agosto de 2016.

III- As empresas sediadas em outros municípios deveram obedecer à legislação do local a que pertençam.

Parágrafo sexto: O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a apresentação da nota fiscal eletrônica no CONTRATANTE, desde que devidamente atestadas e aprovadas, deduzidas glosas e/ou notas de débito.

Parágrafo sétimo: No caso de ser constatadas irregularidades na documentação apresentada, o CONTRATANTE devolverá a fatura à CONTRATADA para as devidas correções. Ocorrendo esta hipótese, a documentação (fatura) será considerada como não apresentada, para efeito de atendimento às condições contratuais.

Parágrafo oitavo: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços em real estabelecidos na proposta, os quais incluem todos os custos necessários à perfeita execução do contrato, englobando, mas não se limitando às despesas com seguros, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas e demais tributos incidentes sobre os serviços/produtos.

Parágrafo nono: Sobre os valores faturados não incidirá nenhum reajuste adicional em razão do prazo de pagamento das faturas.

Parágrafo décimo: Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria do CONTRATANTE, diretamente na conta corrente bancária em nome do fornecedor, não sendo admitida outra forma de pagamento.

Parágrafo décimo primeiro: Caso nas datas estipuladas para pagamento não tenha expediente na Prefeitura, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil que se seguir.

Parágrafo décimo segundo: Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo primeiro: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e contratadas, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todos os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal.

Parágrafo segundo: Os licitantes devem e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.

Parágrafo terceiro: Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pelo contrato em questão;

Parágrafo quarto: Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução do contrato, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo quinto: Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLAUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

Parágrafo primeiro: A contratada deverá retirar o Caminhão e a Caçamba no Departamento de Viação, localizado na Rua Primo Zeni, esquina com a Rua Benjamin Bordin, s/n, Coronel Vivida, PR. Transportar os mesmos em caminhão prancha, sendo que a caçamba não está acoplada ao caminhão, está desmontada, sendo necessário transportar separadamente, ficando sob inteira responsabilidade da vencedora as despesas com transporte para realizar o serviço e a colocação das peças, objeto desta contratação, e depois de pronto entregar o Caminhão no Departamento.

Parágrafo segundo: O prazo para entrega do Caminhão pronto é de no máximo 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de fornecimento/nota de empenho, para o fornecimento de peças será de 02 (dois) dias e deverá ser entregue no Departamento de Viação, localizado na Rua Primo Zeni, esquina com a Rua Benjamin Bordin, s/n, Coronel Vivida/PR., correndo por conta da empresa vencedora(s), todas as despesas com deslocamento, transporte de materiais e demais despesas necessárias para a perfeita execução dos serviços.

Parágrafo terceiro: Os serviços/produtos, objeto desta licitação deverão ser entregues conforme descrição do item ganho, correndo por conta da Contratada as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Parágrafo quarto: Ao Município de Coronel Vivida reserva-se o direito de não receber os serviços/produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo quinto: A CONTRATADA é obrigada a substituir, imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

Parágrafo sexto: As peças e serviços executados deverão ter garantia de no mínimo 06 (seis) meses ou 10.000 (dez) mil quilômetros.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cumpre à CONTRATADA:

- I – garantir o fornecimento dos produtos e execução dos serviços, após a assinatura do presente contrato;
- II - assumir a responsabilidade por todas as despesas decorrentes dos serviços/produtos fornecidos;
- III – assumir a total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratual;
- IV – responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e prepostos sobre o objeto contratado, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- V – conduzir a execução com estrita observância dos padrões reconhecidos de auditoria e de conformidade com os dispositivos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- I – efetuar pontualmente o pagamento dos valores devidos;
- II – fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

Fica expresso que a fiscalização da execução deste Contrato será exercida pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo primeiro: Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o MUNICÍPIO ou terceiros, todos os serviços/produtos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos trabalhos, por pessoas devidamente credenciadas pelo CONTRATANTE.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

Parágrafo terceiro: A ação fiscalizadora será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, as condições, qualidades e especificações previstas no Contrato, que a CONTRATADA declara conhecer nos seus expressos termos.

CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO E MULTAS

Parágrafo primeiro: No caso de inexecução do Contrato ou inadimplemento de qualquer cláusula, ficará a CONTRATADA sujeita as sanções previstas na Lei nº 8666/93 e às seguintes penalidades:

I – Se a CONTRATADA recusar a cumprir os termos definidos na licitação e neste contrato, ou ainda, por qualquer motivo, o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, ser-lhe-ão aplicadas às penalidades seguintes, facultada a defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

a) DAS MULTAS:

a1 - De Mora: 1% (um por cento) por dia, sobre a parcela recebida com atraso;

a2 - Compensatória, sendo:

- em caso de inadimplência total 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- no caso de inadimplência parcial 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida.
- no caso de parcela entregue com atraso 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela.

b) Advertência;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



c) Suspensão do direito de licitar, junto a Administração Pública, de acordo com o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o inciso IV e Parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, com as alterações posteriores.

Parágrafo segundo: as sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem a defesa previa do interessado no respectivo processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Parágrafo terceiro: Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha do licitante no Município de Coronel Vivida.

Parágrafo quarto: Os valores respectivos correspondentes a aplicação da alínea "a" que serão cumulativos, serão descontados do crédito decorrente do contrato objeto desta licitação, garantindo-se o direito a recurso na forma do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA, sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos do presente Contrato e bem assim no caso da CONTRATADA se recusar ou dificultar à CONTRATANTE, a livre fiscalização dos serviços/produtos, na forma prevista na Cláusula Oitava, ou ainda no caso de paralisação dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;
- d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

Parágrafo segundo: Atendido o interesse público e desde que resarcido de todos os prejuízos, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento compatível a CONTRATADA:

- a) dos serviços/produtos corretamente entregues.
- b) de outras parcelas, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro: No caso do CONTRATANTE precisar recorrer à via judicial para rescindir o presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente Contrato se aplicam as seguintes disposições gerais.

- a) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 19 de setembro de 2017.

.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

.....
Testemunhas:

.....
Sandra Lucia Zanelato
Z1 Indústria e Comércio de Peças Ltda - EPP
CONTRATADA

PUBLICAÇÕES LEGAIS

B11

Edição nº 6979



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

DECRETO N°. 174/2017

SUMULÀ: Prorroga Licença Maternidade, da servidora KELLI APARECIDA DO AMARAL DE LIMA.

ADEMIR JOSÉ GHELLER, Prefeito Municipal de Clevelandia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o protocolo nº 36691. DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a prorrogação da licença maternidade por 60 (sessenta) dias, a servidora KELLI APARECIDA DO AMARAL DE LIMA, com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal nº 2.334/2011, de 15/03/2011.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo antecedente terá o seu início em 08/09/2017 findado em 06/11/2017, sendo que no dia útil seguinte, deverá a servidora, impreterivelmente, apresentar-se para o exercício regular de suas funções.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE SETEMBRO DE 2017,

ADEMIR JOSÉ GHELLER
Prefeito Municipal

DECRETO N° 176/2017

SUMULÀ: Modifica o art. 3º e o parágrafo 3º do artigo 5º do Decreto 500/2016. ADEMIR JOSÉ GHELLER, Prefeito Municipal de Clevelandia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 3º e do parágrafo 3º do artigo 5º do Decreto nº 500/2016, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Na Área do Corredor Ecológico do Vale do Rio Choplín são possíveis de licenciamento ou autorização ambiental por parte do município, em sua extensão, apenas atividades/empreendimentos declarados de interesse social e/ou utilidade pública por meio de decretos, despachos ou concessões promulgados pelo poder público federal, estadual e/ou municipal, mediante prévio estudo de impacto ambiental ou instrumentos semelhantes, medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos para verificação e análise técnica de possível anuência de viabilidade pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA".

(...)

AFL

"§ 3º - Fica proibido o lançamento à supressão total ou parcial das florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente definidas pela Lei Federal nº 12.651/12 e conforme disposto no art. 2º da Resolução CONAMA nº 396/06, exceto nos casos mencionados no art. 3º do presente Decreto, que deverão adotar medida compensatória equivalente à área a ser afetada pela supressão."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE SETEMBRO DE 2017.

ADEMIR JOSÉ GHELLER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO N°. 184/2017 PREGÃO PRESENCIAL DE LICITAÇÃO N°. 041/2017 - PROCESSO N°. 052/2017. PREGÃO PRESENCIAL DE CONTRATOS E FLC BANCAMENTO. OBJETO: Fornecimento de materiais eletrodomésticos e bens digitais, para atender ao Programa Social de Assistência da Administração Municipal. LOTE N°. 01 ITENS N°S. 01 a 07. VALOR TOTAL: R\$ 4.020,00 (quatro mil e vinte reais). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: No dia 14 (quatorze) de cada mês ou no prêmio da 01ª subvenção, de acordo com as estruturas efetuadas no mês imediatamente anterior, inserindo a sua respectiva parcela nas estruturas de pagamento das 01ª e 02ª subvenções. Documento: Decreto Municipal nº 041/2008, 3.04.0003.0.0004003.0.000000000003. Secreteria Municipal de Administração e Finanças - 01, 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 02-Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; 07-01-Administrativa S.M.E.C.E.; 1236100202.0.000000- Manutenção do Ensino Fundamental; Recife: 5% = 25%; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 02-Secretaria Municipal de Administração, 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 03-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 26762014.2.023000-Manutenção da Unidade de Olhos e Víteos; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 04-Secretaria Municipal de Obras e Vias; 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 05-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 06-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 07-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 08-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 09-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 10-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 11-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 04.01-Administração, I.M.D.O.V.; 4.40.02.02.12.00.00-000-Aprendizagem Profissional e Intercultural; 12-(dois) meses PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses FORO: CLEVELÂNDIA - PR DATA DE ASSINATURA: 18/09/2017. Clevelandia, 18 de setembro de 2017; ADEMIR JOSÉ GHELLER- Prefeito Municipal

Presidente da Itapejara D'Oeste

50

DECISÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Termos de Preços N.º 018/2017

Objeto: Notificação de Declaração da Comissão de Licitação.

A comissão de licitação, designada através do decreto N° 090/2017, considerando o Parecer Jurídico 24/2017, e acolhendo na íntegra as recomendações nela apontadas, DECIDE:

a) por Inabilitar a empresa Marisa A.P., Divino Gonsalves EIRELI - Ma, por não cumprir com os requisitos exigidos no edital, e informa a mesma que têm o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso de decisão, junto à comissão de licitação.

b) por habilitar a empresa Osval Rodrigues & Cia Ltda - Ma, sendo que caso a empresa seja vencedora do certame, antes da celebração do contrato, deverá apresentar documentação comprovando que o responsável técnico foi devidamente inscrito no quadro técnico da empresa junto ao CRECI-PR.

As empresas V.P.R. Construções e Serviços - Eirll - Ma, e Campos Limpeza e Transportes Eireli - Ma estão habilitadas para abertura dos envelopes de Proposta de Preços, porém a empresa V.P.R. Construções e Serviços - Eirll - Ma não terá os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, por não ter apresentado a Carteira Simplificada para comprovação da micro empresa.

Itapejara D'Oeste/PR, 20 de setembro de 2017.

Presidente da Comissão de Licitação
Decreto N° 090/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

RESUMO DE CONTRATOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 74/2017. OBJETO: contratação de empresas para fornecimento de peças novas para manutenção a mão de obra para conserto de caminhão. Prazo de Vigência: 12 meses. Contratante: Município de Coronel Vivida.

CONTRATADAS:

CONTRATO N°	CONTRATADA	CNPJ N°	VALOR TOTAL
10/2017	R. LIBRELATO & CIA LTDA EPP	04.063.301/0001-18	24.907,00
10/2017	ZI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-EPP	09.438.050/0001-20	4.912,70

Coronel Vivida, 19 de setembro de 2017. Frank Arieli Schiavini, Prefeito Municipal.

EDITAL N° 10/2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2.018-2021, LDO 2.018 E ORÇAMENTO 2018

NEURI ROQUE ROSSETTI GEHLEN, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Tornar público a todos, que será realizado Audiência Pública sobre o Plano Plurienal 2018-2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 e Orçamento Municipal 2018, que acontecerá nas dependências da Câmara Municipal de Mariópolis, sito à Rua Sel., nº 1030, com Início marcado para as 15h30min da dia 28/09/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 20 de setembro de 2017.

NEURI ROQUE ROSSETTI GEHLEN
Prefeito Municipal

EDITAL N° 11/2017 - AUDIÊNCIA PÚBLICA DIVULGAÇÃO DO 2º QUADRIMESTRE 2017 DAS METAS FISCAIS

NEURI ROQUE ROSSETTI GEHLEN, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Tornar público a todos que será realizado Audiência Pública para divulgação das Metas Fiscais referente ao 2º quadrimestre/2017 do Município de Mariópolis, nas dependências da Câmara Municipal de Mariópolis, sito à Rua Sel., 1030, com Início marcado para as 15:30 (Quinze horas e trinta minutos) do dia 29/09/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, aos 20 dias do mês de setembro de 2017.

Neuri Roque Rossetti Gehlen
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍOPOLIS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 42/2017. PARTES: MUNICÍPIO DE MARÍOPOLIS E Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, CNPJ n° 03.776.284/0001-53, unidade Pato Branco, localizada na Rua Xingu, nº 833, bairro Amador, CEP 85.302-080, na cidade de Pato Branco, estado do Paraná, doravante denominada simplesmente CONTRATADA. OBJETO: Contratação de curso para capacitação de jovens aprendizes, atendendo ao número máximo de 10 (dez) participantes, conforme descrição abaixo:

Item	Prazo	Qtd. Alunos	Descrição	Valor Unit R\$	Valor Total R\$	Valor Total Mensal R\$
1	12 Meses	10	Curso Capacitação de Jovens Aprendizes	268,33	2.683,33	32.199,96
			VALOR TOTAL			R\$ 32.199,96

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Designar um profissional habilitado do SENAI/PR para ministrar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do curso no Município de Mariópolis. Fornecer Material didático (Apostila). Emiti-los certificados de conclusão aos participantes que obtiverem aproveitamento conforme normas contidas no Regimento Interno das unidades do SENAI/PR. A contratada fica obrigada a ministrar o curso no salão designado pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis. O Departamento de Recursos Humanos irá definir o calendário de aulas de acordo com a carga horária do curso, juntamente com a coordenação pedagógica. Manter programa de aprendizagem definindo os objetivos do curso, seus conteúdos e a carga horária prevista. Proceder ao registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como entidade com fins lucrativos que durante suas finalidades estatutárias contempla a assistência ao adolescente e a educação profissional, na forma do art. 8º da Lei 8.065 de 13 de julho de 1990. Estruturar seus programas de aprendizagem, contemplando os requisitos da Portaria nº 702 de 18 de dezembro de 2001, do Ministério do Trabalho. Garantir a articulação e complementariedade entre a aprendizagem teórica, prática e avaliar o processo de aprendizagem. Fiscalizar a matrícula e frequência escolar daqueles aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório. Desenvolver os programas de aprendizagem em ambientes adequados, que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT, e das Normas Regulamentares aprovadas pela portaria 3.214/74. Desenvolver os programas de aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada aprendiz, de modo a não prejudicar sua frequência às aulas do sistema de ensino regular. Adequar a profissionalização às necessidades do mundo de trabalho e das perspectivas de inserção efetiva, fornecer aos Aprendizes certificado definido, as competências, os conteúdos e as habilidades adquiridas, durante o processo de profissionalização. EQUIPE TÉCNICA: O objeto da presente proposta será desenvolvido pela instituição SENAI e equipe por ele indicada. CUSTO DO SERVIÇO: O valor total a ser pago para realização de curso de capacitação dos jovens aprendizes será no valor de R\$ 32.199,96 (trinta e dois mil e noventa e nove reais e noventa e seis centavos). Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o quinto dia útil da cada mês. SUPORTE LEGAL E REGIME DE CONTRATACIÓN: Este processo de dispensa de licitação será regido pela Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, a sujeitar alterações posteriores, nos termos do artigo 24, inciso XIII, tendo em vista ser a CONTRATADA uma instituição brasileira, sem fins lucrativos, incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, aliada a sua inquestionável reputação ético-profissional. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 8.1. Os recursos financeiros decorrentes da contratação do referido objeto correrão por conta do Município de Mariópolis: 03.00 - Departamento de Administração - 03.01 - Diálogo de Administração Social - 04.122.000.3.2.003 - manutenção dos Serviços Administrativos - 33.90.39 - Outros serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica - Fonte (000). DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução para realização do presente curso é por tempo determinado, pelo período de 12 (doze) meses. O prazo de Vigilância será o prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias, totalizando assim o prazo de 13 (treze) meses. JUSTIFICATIVA: I) A contratação faz necessária para dar-se atendimento à Lei Municipal nº 021/2010, que Institui o Programa Jovem Aprendiz, atendendo também a cada legal instituída pelo artigo 428 da CLT e Termo de Ajuste da Conduta nº 118/2008 e nº 119/2008, cujo cumprimento vem sendo fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho; II) Trata-se o SENAI uma instituição brasileira, sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, aliada a sua inquestionável reputação ético-profissional, na medida em que, ao longo dos anos, prestando serviços desse natureza com eficiência, credibilidade, ética, profissionalismo e qualidade; III) Segundo pesquisa e levantamento efetuado pelo Departamento Municipal de Recursos Humanos, o preço proposto é compatível com aqueles praticados no mercado, levando-se em consideração a natureza dos serviços em questão. Mariópolis, 19 de Setembro de 2017, Membros da Comissão Permanente de Licitações: Francisco Valdomiro Bueno - Presidente - Leonil Espírito Sárgiate - Membro - Francisco Valdomiro Bueno - Membro. Neuri Roque Rossetti Gehlen- Prefeito Municipal.

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Sexta-Feira, 22 de Setembro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1447



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

RESUMO DE CONTRATOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 74/2017. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de peças novas para maquinário e mão de obra para conserto de caminhão. Prazo de vigência: 12 meses. Contratante: Município de Coronel Vivida.

CONTRATADAS:

CONTRATO Nº	CONTRATADA	CNPJ Nº	VALOR TOTAL
101/2017	R. LIBRELATO & CIA LTDA EPP	04.683.301/0001-18	24.907,00
102/2017	Z1 INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS LTDA-EPP	09.436.050/0001-80	4.912,70

Coronel Vivida, 19 de setembro de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Cod248132